



00

Relatório Técnico
dezembro/2024

**Versão atualizada
em maio/2026**

Juventudes rurais – Estado da arte e questões para uma agenda de pesquisas e de políticas



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL



A **Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural** é uma instituição sediada pelo Núcleo Cebrap Sustentabilidade que pesquisa sobre **inclusão produtiva rural no Brasil e seus temas correlatos**, tendo como recorte atual a região do **Semiárido nordestino brasileiro**. É assim chamada porque é composta por uma rede de pesquisadores e instituições, cada qual especialista em determinado tema, que alterna e compartilha a centralidade e o protagonismo nos projetos, construindo coletivamente os saberes em torno da inclusão produtiva rural.

Este material compõe uma série de estudos sobre os eixos temáticos de pesquisa da Cátedra IIPR (adaptação climática, digitalização, juventude rural e transição agroalimentar). Tais temas estão relacionados com a inclusão produtiva rural de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, com **geração de renda de qualidade e de maneira justa**.

Ficha técnica

Estudo contratado pela coordenação da Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural, a qual é financiada pela Fundação Arymax, Instituto Itaúsa e Fundação Porticus e possui sede no Cebrap Sustentabilidade. As opiniões e interpretações expressas são de responsabilidade da autora e não refletem, necessariamente, as posições institucionais da Cátedra.

Coordenação

Mireya Valencia

Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural e Universidade de Brasília (UnB)

Supervisão técnica

Arilson Favareto

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e Universidade Federal do ABC (UFABC)

Autoria

Ariane Favareto

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Imagem de capa

Geirlys Silva/SAF-PI

Material livre para distribuição, citação e adaptação desde que seja atribuído os créditos aos autores.

Como citar esta publicação:

Favareto, A. **Juventudes rurais** - Estado da arte e questões para uma agenda de pesquisas e de políticas. Relatório Técnico. São Paulo: Cebrap, 2024.

SUMÁRIO

Apresentação	5
1. As abordagens sobre juventude e as especificidades da juventude rural	7
As formas de classificação	7
A condição juvenil e seus condicionantes	8
Juventude e gênero	14
2. Políticas públicas para o rural e para a juventude rural	17
A trajetória das políticas para a agricultura familiar	17
Políticas para a juventude rural	20
A situação da juventude rural	23
3. Novas temáticas e uma agenda de pesquisa.....	30
Algumas considerações finais	35
Referências bibliográficas	38

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01 Políticas públicas para a população rural e categorias específicas	22
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com menos de 25 anos, por região (2017)	24
Figura 02 Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com menos de 25 anos com nível superior de escolaridade, por região e por categoria (2017)	25
Figura 03 Gênero dos dirigentes de estabelecimentos agropecuários Não-Familiar dirigidos por pessoas com menos de 25 anos, % por região (2017)	26
Figura 04 Gênero dos dirigentes de estabelecimentos agropecuários Agricultura Familiar dirigidos por pessoas com menos de 25 anos, % por região	26

JUVENTUDES RURAIS – ESTADO DA ARTE E QUESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS E DE POLÍTICAS

Ariane Favareto*

RESUMO

O mundo rural vem passando por profundas transformações ao longo das últimas décadas que incidem diretamente sobre uma população específica: a juventude. Esse *paper* tem por objetivo apresentar um panorama das principais abordagens e temas que a literatura brasileira das ciências sociais produziu ao longo dos últimos trinta anos com foco nessa categoria. Parte-se da identificação das principais abordagens, passando pela ampla gama de políticas públicas direcionadas ao rural entre meados dos anos 2000 até 2015 – que também contribuíram para importantes transformações – para elencar as questões e temas considerados mais relevantes na compreensão da condição social da juventude rural na atualidade e que podem ter consequências para sua inclusão nos processos de desenvolvimento rural.

APRESENTAÇÃO

As transformações pelas quais o mundo rural passou nas últimas décadas (Trivelli e Berdegú, 2019), sugerem que pode estar em curso um reposicionamento da condição juvenil. Um maior nível de escolaridade, a intensificação das interdependências entre o rural e o urbano, novas oportunidades de trabalho e de mobilidade surgidas num contexto de valorização do rural, sobretudo no que se refere às questões ambientais, e a existência de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar nos anos 2000 são exemplos de alterações que vêm incidindo

* Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora colaboradora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, núcleo Sustentabilidade (Cebap/Sustentabilidade). Contato: a.favareto@uol.com.br.

sobre as famílias e seus jovens, denotando novas possibilidades e escolhas que podem suplantar a velha dicotomia posta entre o ficar e o partir que marcou as análises realizadas, especialmente, entre os anos 1990 e 2010 nos estudos sobre juventude rural.

Nesse sentido, este *paper* tem por objetivo oferecer um panorama da literatura sobre juventude rural e, a partir disso, identificar uma agenda de pesquisa e um arcabouço de temas que podem servir de objeto de ação pública para promover a inclusão de jovens rurais. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico e identificadas as principais questões em debate ao longo dos últimos trinta anos, resultando em um mapeamento das abordagens mais utilizadas e um balanço do conhecimento acumulado nessa temática. Da análise empreendida também são destacadas as principais lacunas, especialmente à luz das transformações recentes citadas anteriormente, contribuindo assim para amplificar o debate sobre juventude rural e inclusão na atualidade.

Para a elaboração deste *paper* foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais de acesso aberto a partir da busca pelas palavras-chave “juventude” e “rural”. Desse primeiro resultado foram lidos os resumos e selecionados os textos para leitura aprofundada em acordo com os objetivos propostos. A consulta na base Scielo resultou em 41 artigos, dentre os quais foram selecionados 20 para leitura completa. A pesquisa no Google Acadêmico trouxe mais de 74 mil resultados, cuja filtragem por relevância dos 100 primeiros resultou num total de 12 textos entre artigos, teses e relatórios. Do Banco de Teses da Capes foram selecionadas cinco monografias entre as 16 encontradas. Por fim, na base de dados *Science Direct* foram selecionados dez artigos dentre os 70 encontrados, sobretudo os que foram publicados no periódico *Journal of Rural Studies*, especialmente tomando em conta a afinidade temática.

O *paper* está estruturado em três partes, além desta apresentação e de algumas considerações finais. Na primeira seção são apresentadas as principais abordagens utilizadas nos estudos sobre juventude e as especificidades da juventude rural. Na segunda parte são abordadas as políticas públicas direcionadas ao mundo rural, especialmente nos anos 2000, e focalizadas aquelas voltadas para a juventude. A terceira seção procura delinear quais são as questões ainda em

aberto nessa temática, principalmente à luz das transformações recentes observadas nas áreas rurais e da heterogeneidade regional brasileira. Dessa análise despontam alguns indicativos para futuras pesquisas.

1. As abordagens sobre juventude e as especificidades da juventude rural

Essa primeira seção apresenta os principais resultados obtidos por meio da análise da bibliografia obtida em páginas de acesso aberto. De início são apresentadas as principais formas de classificação da juventude para, em seguida, focar no debate específico sobre a juventude rural. Um olhar específico para a questão de gênero no interior desse debate se justifica pela condição em ser mulher no mundo rural.

As formas de classificação

A juventude é comumente associada a um período de transição entre a infância e a vida adulta. Representa um momento do ciclo da vida e a ela estão associadas diversas transformações, incluindo o processo de formação de identidades específicas. Uma primeira classificação da juventude está relacionada à faixa etária, geralmente posta entre os 15 e 29 anos de idade¹. Essa definição carrega certa arbitrariedade, pois não considera as diferenças entre idade biológica e social (Troian e Breitenbach, 2018), mas é largamente utilizada em estatísticas e subsidiam estudos e políticas públicas.

Num esforço em sintetizar as principais abordagens sobre juventude, Kummer (2019) caracteriza três delas. A geracional designa a juventude como uma fase da vida que possui um conjunto comportamental relativamente coeso diante da vivência dessa idade, expresso em questões produtivas, gostos, ideias e

¹ A definição da faixa etária da juventude não é consenso. A Unesco e outras agências relacionadas à ONU definem a juventude como o período compreendido entre os 15 e 24 anos, com uma diferenciação de adolescência entre 10 e 19 anos. Já o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013 no Brasil, determina a juventude entre os 15 e 29 anos.

imaginário. A abordagem classista, por sua vez, traz uma perspectiva de juventude que associa a posição deste grupo social ao sistema produtivo e ao processo de reprodução das classes sociais. A terceira abordagem, enfim, se ancora na dimensão cultural e implica na análise dos processos de dominação que derivam tanto da visão classista, em que há o domínio de classe, quanto a geracional, em que a relação de poder se estabelece entre os mais novos e os mais velhos. Troian e Breitenbach (2018) acrescentam à abordagem cultural um outro aspecto, o modo de vida dessas populações e suas repercussões para a construção das identidades dos jovens.

A condição juvenil e seus condicionantes

Os estudos sobre juventude costumam articular duas ou mais dessas abordagens em suas análises na busca por compreender uma dupla articulação da condição social da juventude: aquela relativa à própria experiência juvenil, e outra que combina essa dimensão ao entendimento de suas interdependências com as transformações mais amplas ocorridas na sociedade e que afetam a vida dos jovens. Dito de outra forma, juventude é uma categoria que expressa identidades sociais, mas também uma forma de classificação marcada por relações de hierarquia e pertencimento social (Castro, 2009). Sua análise, portanto, obriga a considerar os processos de autorrepresentação, mas também as formas de interação social e as configurações sociais nas quais está imersa.

Esse quadro tende a se tornar ainda mais complexo quando as análises recaem sobre um segmento específico da juventude – a juventude rural. Há especificidades entre as formas de ser e de se autorrepresentar nesse grupo, e há intensas transformações recentes pelas quais o mundo rural vem passando: maior escolarização; um borrar de fronteiras entre o mundo rural e o mundo urbano; a valorização da dimensão ambiental nas áreas rurais; as novas ocupações e oportunidades de inclusão que surgem com esse reposicionamento; a maior oferta de políticas públicas; as novas representações surgidas no contexto de ampliação do agronegócio; o crescimento de adeptos a outras religiões, principalmente evangélicos, em detrimento do catolicismo historicamente prevalecente nas áreas

rurais; e, a afirmação de identidades valorizadas pelo marco legal de execução de políticas de Estado, especialmente no que se refere às populações tradicionais.

Todo esse cenário de mudanças indica que devem estar ocorrendo alterações, também, na maneira como os jovens se veem e em como enxergam o mundo rural, influenciando seus projetos de vida e suas identidades. Isso desafia os quadros estabelecidos para interpretar a condição juvenil nas áreas rurais, seja pelo mundo científico ou pelos gestores públicos que formulam políticas para esse grupo. Em uma pergunta: o que significa ser jovem rural na atualidade no Brasil?

Wanderley (2007) afirmava que a crise social vivenciada por jovens rurais apresenta contornos específicos, dado seu pertencimento a um ambiente social que também possui especificidades: o meio rural; espaços em que a vida cotidiana e as perspectivas de futuro são imbuídas em uma dinâmica temporal. Os jovens rurais carregariam o passado das tradições familiares, o presente da vida cotidiana – expresso nos estudos, trabalho e sociabilidade local – e o futuro, que se coloca nas escolhas profissionais, nas estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial. Todas essas dinâmicas se interligam e dão origem a um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo, de um ideal de ruptura, e outro de continuidade do mundo rural. O desafio posto aos jovens rurais residiria em, paradoxalmente, carregar a tradição e em serem chamados a inovar (Stropasolas, 2007). É nesse sentido que Carneiro (1998) situa a construção da identidade juvenil entre um projeto de vida individualizado e o compromisso com a família e a tradição.

Como parte dessas tradições, a regra sempre foi a concentração da posse e da gestão das unidades de produção agropecuária sob a direção do pai. No universo dos pequenos estabelecimentos, isso resulta na chamada questão sucessória. Diante da impossibilidade de dividir a propriedade em inúmeras parcelas, transmitindo o patrimônio familiar para todos os filhos e filhas, o que comprometeria a viabilidade dessas unidades de produção pelo seu tamanho diminuto, estabeleceu-se em muitas áreas uma regra informal, conhecida como *minorato*. Segundo essa regra, a propriedade familiar seria transmitida preferencialmente para o filho mais jovem, a quem caberia, como contrapartida, a

atribuição de cuidar dos pais na velhice, assumindo progressivamente a direção da unidade produtiva.

Um clássico estudo do sociólogo francês Pierre Bourdieu – O baile dos celibatários – realizado junto aos camponeses de Béarn, demonstra como as vantagens dessa forma de transmissão da propriedade da terra vai se esboroando frente às mudanças decorrentes de uma maior valorização da cidade em relação ao campo, incidindo sobre as estratégias matrimoniais e deixando as áreas rurais repletas de homens solteiros e, portanto, sem filhos a quem transmitir o patrimônio, que muitas vezes acabava sendo arrebatado por outros grupos sociais, como profissionais liberais e uma classe média agora interessada em adquirir propriedades rurais, como segundas residências ou para exploração de novas atividades econômicas associadas à conservação da natureza ou ao aproveitamento de atributos locais dessas áreas. A consequência última nesses locais era uma completa mudança no perfil demográfico e nas formas de interação social, ensejando o que décadas mais tarde seria chamado de um renascimento rural (Kayser, 1991) ou de uma nova ruralidade (Wanderley, 2000).

No caso brasileiro, de maneira similar à literatura francófona, Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay analisam, em fins dos anos 1990, dados sobre migração rural-urbana por sexo e faixa etária, cujos resultados apontam para uma maior migração de mulheres entre os anos 1950 e 1990, provocando o envelhecimento e masculinização no campo, ameaçando o desenvolvimento rural.

Na esteira dessas análises, as pesquisas sobre juventude rural no Brasil até os anos 2000 recaem sobre a tendência migratória e a transferência dos estabelecimentos familiares, recuperando a crise da reprodução que representa, também, uma crise de identidade dada a visão negativa das atividades desempenhadas no rural frente ao mundo citadino (Brumer, 2007). As análises focavam a saída do jovem das áreas rurais e a questão da sucessão rural. Carneiro (1998), Camarano e Abramovay (1998) Stropasolas (2002) procuram delimitar a categoria juventude rural, situando-a em um contexto de crise da agricultura familiar nesse período. Não por acaso os estudos sobre o mundo rural realizados até os anos

1990 estavam fortemente marcados pelo debate sobre o alegado ou esperado (mas nunca concretizado) fim do rural².

A partir dessa década emergem novas pesquisas que se dedicam às análises das transformações ocorridas no rural a partir do desenvolvimento de novas atividades econômicas, entrada de novos atores e de uma crescente valorização da natureza, indicando uma tendência de revalorização material e simbólica das áreas rurais, marcadas por elementos cada vez mais complexos e diversificados. Se antes a definição de rural poderia ser reduzida à atividade agrícola e às íntimas relações de sociabilidade, outras possibilidades de leitura emergem, indicando o renascimento da ruralidade com novos signos (Favareto, 2019). Com efeito, Brumer (2007) alerta que aquela forma de transmissão do patrimônio, o minorato, foi predominante no Brasil até a década de 1990, momento em que outras estratégias passam a ser utilizadas.

Tais transformações também refletem nos estudos voltados à juventude rural, cujas análises recaem, nos anos 2000, sobre a definição entre ficar e partir, problemática inaugurada por Castro (2005) e os possíveis condicionantes dessa decisão (Brumer, 2007).

Castro (2005) descreve o peso da autoridade paterna na decisão posta na dicotomia ficar ou partir para os jovens rurais. Essa autoridade, produzida no ambiente doméstico e incidente mais pesadamente sobre as mulheres, transborda o espaço privado e se estende aos locais públicos, refletindo na desqualificação das intervenções dos jovens em reuniões, ou mesmo na não ocupação de cargos de relevância em associações comunitárias. Esse controle exercido sobre os jovens influenciava na decisão de partir como forma de ruptura com a dependência econômica e submissão à família; ou seja, sair representava uma maneira de se obter autonomia. Outro motivo apontado pela autora se coaduna com as pesquisas anteriores sobre o tema e trata da impossibilidade herdar a posse e gestão da propriedade familiar.

² Um bom apanhado das principais correntes teóricas que sustentam esse debate pode ser encontrado em diversos estudos levados a cabo no Brasil no início do presente século. Destaca-se aqui os que foram elaborados por Wanderley (2000) e Carneiro (2008). Ambas as autoras se dedicam às explicitações recorrentes da pertinência do rural enquanto uma categoria que dê suporte as análises científicas num universo empírico em constante mutação.

Ainda no resgate das antigas problemáticas, a representação do rural como atrasado relativamente ao urbano, e onde se desenvolvem atividades penosas também têm peso na decisão, especialmente quando essa visão é compartilhada pelos pais dos jovens que acabam por desejar uma vida diferente da que experienciaram aos seus filhos e filhas.

Dentre as motivações para ficar está o estabelecimento de redes e fortes laços com a terra e com a comunidade, e a possibilidade de obter renda a partir das atividades desenvolvidas dentro dos estabelecimentos, conjugada com atividades externas, denotando o peso das atividades não-agrícolas (Graziano da Silva, 1999) nas estratégias dos jovens.

Anita Brumer (2007) retoma as questões estruturais responsáveis pela emigração e que se expressam em fatores de atração dos jovens para o urbano em busca de trabalho mais bem remunerado, mas também nos fatores de expulsão das áreas rurais. Contudo, lembra a autora, a decisão entre ficar e sair é tomada por indivíduos a partir das representações constituídas sobre esses dois mundos nos processos de socialização. Seria importante, portanto, compreender os motivos que levam o jovem a ficar no campo e os fatores que exercem influência na atração de pessoas para as áreas rurais. Novamente, o tema da sucessão aparece em seu estudo, mas como forma de permanência que privilegia um dos filhos. Porém, a sucessão só é completa no caso da morte do pai, ou seja, até que isso ocorra, o herdeiro exerce suas atividades sob orientação paterna, o que pode gerar interesses e projetos antagônicos postos na tensão entre o velho e o novo nas formas de gestão do empreendimento familiar.

Para Carneiro (2007) a escolha entre ficar e partir pode não ser definitiva, mas expressa numa mobilidade que garanta a execução de projetos de vida. A volta ou a permanência não significariam derrota ou fracasso, mas uma escolha que pode ser baseada no desejo da manutenção de um padrão de vida proporcionado pela rede familiar e de amigos em que há compartilhamento de códigos e valores, mas também pelo acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, em algumas localidades, só estariam disponíveis nas cidades. Essa combinação do "melhor dos dois mundos", como denomina a autora, depende das condições materiais do lugar em que se mora, expressas no acesso a bens e serviços, mas também na

possibilidade de ter uma renda própria na medida em que há a realização de um projeto profissional. Quando essa possibilidade não está presente no local de origem dos jovens, a opção pelo urbano poderia prevalecer, porém não significa uma sobreposição de valores, mas a elaboração de uma nova mentalidade que aproxima os valores rurais e urbanos, numa releitura em que novas identidades, papéis e projetos são forjados. Compreender essa síntese, considerando a heterogeneidade desses valores seria fundamental para alcançar o que mobiliza a juventude rural.

De certa maneira, a literatura apresentada até aqui expressa certo deslocamento de problemática: dos problemas sucessórios como determinantes rígidos à emergência de um padrão mais multifacetado de condicionantes a influenciar as decisões de futuro dos jovens rurais. E nessa heterogeneização de comportamentos, novos temas como o acesso a condições de vida mais próximas às aquelas experimentadas no mundo urbano passam a ganhar importância. A partir de meados dos anos 2000 diversas políticas públicas foram direcionadas para o mundo rural no Brasil. Simultaneamente, ocorre uma ascensão da juventude rural enquanto ator político. Inicialmente com uma mobilização crescente deste segmento no interior dos movimentos sociais, e posteriormente com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), com o objetivo de coordenar, executar e implementar políticas públicas para esse público.

A grande maioria das análises sobre esse período pós implementação das políticas públicas para o rural se baseiam em estudos de caso que reafirmam a heterogeneidade presente na categoria juventude rural – seja em termos regionais, de gênero ou de identidades –, retomando os dilemas postos para essa categoria ainda no final do século passado.

O tema da sucessão é tratado pelo viés do comprometimento socioeconômico de assentamentos, cujo interesse de jovens esbarra na falta de uma renda própria (Costa e Ralish, 2013), mas também pela identificação da continuidade do projeto familiar, com o diferencial de que agora os sucessores apresentam maior idade e escolaridade que a geração anterior (Mendonça *et al.*, 2013).

O acesso a bens e serviços continua sendo importante na decisão dos jovens. Educação, cultura, infraestrutura e bens materiais, em conjunto com uma cogestão da propriedade, garantem o processo sucessório (Monteiro e Mujica, 2022). A permanência, outro tema debatido no início do século, é garantida pelo vínculo familiar e por condições viáveis de emprego e renda, embora existam conflitos geracionais que podem desestimular o jovem a assumir as atividades no interior do estabelecimento (Oliveira *et al.*, 2021).

O debate sobre os projetos de vida postos entre o individual e o familiar é retomado por Alves e Dayrell (2015) e por Pizzinato *et al.* (2015) que reforçam aspectos importantes para a juventude rural, ancorados na representação social e nos papéis tradicionais.

De modo geral, as análises mais recentes sobre juventude rural retomam questões que se mostraram relevantes na literatura: a sucessão e os condicionantes postos para a tomada de decisão em assumir as atividades nos estabelecimentos agropecuários. Ganham relevo as condições materiais, mas também são observados os elementos subjetivos que interferem nessa decisão, entre eles, a representação social do rural e as tensões expostas na hierarquia familiar. Tudo isso permeado pela heterogeneidade regional, de gênero e racial/étnica.

Juventude e gênero

No que concerne à questão de gênero, desde os anos 1980 no Brasil, os estudos sobre o mundo rural enfatizavam as especificidades da condição em ser mulher entre os jovens rurais³. A já citada pesquisa de Camarano e Abramovay (1998) identificava um maior movimento migratório entre as jovens, tendo por principais hipóteses: i) a ampliação do setor de serviços nas áreas urbanas nesse período, que emprega mais mulheres do que homens; ii) a carga pesada de

³ A bibliografia sobre mulheres no mundo rural é extensa e perpassa diferentes abordagens desde a década de 1970. Parte-se de um olhar voltado à extrema subordinação das mulheres, numa apartação entre os espaços público e privado, em que o trabalho desempenhado por elas nas atividades agrícolas é visto como ajuda (Brandão, 1983), passando por uma leitura em que há complementaridade entre os trabalhos desempenhados por homens e mulheres no campo (Fukui, 1975; Woortman, 1992), até as abordagens em que prevalece um protagonismo das mulheres, incluindo os movimentos sociais e sindical (Siliprandi, 2013; Gaspareto e Menezes, 2013; Butto, 2017) e na agroecologia (Favareto, 2022).

trabalho no rural para elas, sem contrapartida de permanência no campo, já que as chances de elas se tornarem agricultoras, seja pela partilha da herança ou via matrimônio eram escassas; e, iii) uma ligação entre a migração e a formação educacional, com tendência de ficarem no campo os que menos estudavam.

Como lembra Brumer (2007), essa questão não é nova entre os estudos rurais e deriva de um processo de socialização e de oportunidades que se mostram de diferentes formas para moças e rapazes, refletindo numa maneira mais ou menos negativa de representação do mundo rural. A invisibilidade do trabalho doméstico e o caráter auxiliar nas atividades agrícolas no interior dos estabelecimentos leva as jovens a procurarem alternativas, em geral, fora das propriedades. A autora reafirma as análises de Castro (2005) que ilumina a divisão sexual do trabalho e a forte autoridade paterna sobre as moças como aspectos fundamentais que influenciam nas estratégias das jovens mulheres das áreas rurais.

Da mesma forma que os estudos sobre juventude rural mais recentes, o enfoque de gênero também traz uma variedade de estudos de caso abordando as antigas questões que ancoram as decisões das jovens dentre as oportunidades constituídas a elas para a permanência ou saída do campo. Faria *et al.* (2019), por exemplo, demonstram que as jovens mineiras migram em busca de trabalho e educação e que a inserção laboral se dá em atividades domésticas nas cidades, tendo como consequência a masculinização e o envelhecimento das áreas rurais daquela localidade.

Por outro lado, os trabalhos de Schwendler (2020) e Pizzinato *et al.* (2015), realizados no Rio Grande do Sul e no Paraná, respectivamente, demonstram como as mudanças recentes na sociedade por maior igualdade de gênero, é algo que também reflete nas opções das jovens rurais, que se veem entre a reprodução dos antigos papéis e novas formas de inserção nas atividades desempenhadas nos estabelecimentos familiares.

Em suma, deste panorama da principais abordagens e temas tratados sobre juventude rural nas últimas décadas vê-se que as questões fundamentais para essa decisão residem na existência de infraestruturas e serviços no local de origem, interconectada com as estratégias familiares de sucessão que possam gerar renda e autonomia aos jovens, ou seja, não se trata apenas de uma decisão individual, mas

de um cálculo mais ou menos consciente do aproveitamento de oportunidades dado o campo de possibilidades abertos a esses jovens.

Políticas públicas empreendidas nos anos 2000 promoveram maior reconhecimento e visibilidade para esses jovens. O mesmo período é marcado pela facilitação na mobilidade entre o rural e o urbano, seja pela oferta de emprego, de estudos ou de lazer. Essa nova realidade esmaece a rigidez posta na decisão de ficar ou partir que marcava as opções das gerações anteriores. Nesse sentido, como afirma Martins (2021) a decisão de ficar ou sair pode não representar mais uma força antagônica como foi no passado, mas momentos que não são mutuamente excludentes e estão inscritos nas trajetórias individuais de muitos jovens.

Em lugar da rigidez entre ficar ou partir determinada pela impossibilidade de realização de futuro no rural típica de outrora, as análises mais recentes sobre a juventude rural trazem a heterogeneidade como característica fundamental que deve ser considerada nos estudos sobre essa categoria. São diferentes visões de mundo, advindas de diversas localidades e realidades que influenciam escolhas e estratégias.

Weisheimer (2013) esclarece que esse tipo de abordagem rompe com o caráter substancialista da juventude, possibilitando a construção de uma categoria relacional em que nas juventudes contêm toda uma diversidade de tipos sociais. Contudo, lembra Stropasolas (2007), é preciso cuidado para não levar as análises para uma relativização total, o que pode incidir em uma negação da própria categoria. Para evitar essa situação, o autor sugere que se deve focar em categorias unificadoras como a terra, o trabalho e a família que são organizadores de valores, expectativas e representações da vida social no mundo rural. Mas as configurações que envolvem terra, trabalho e família não seriam também variáveis no tempo e no espaço?

2. Políticas públicas para o rural e para a juventude rural

Essa seção tem por objetivo apresentar de forma sumária as principais políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar brasileira de forma geral e, especificamente, para a juventude rural. Não se trata, contudo, de promover uma análise da eficácia e eficiência de tais políticas, tampouco de seu alcance para a promoção da melhoria de vida das famílias e a possível influência que exercem sobre os jovens. O intuito é identificar como a ampliação de oferta de ações para o rural, a partir dos anos 2000, pode estar afetando a vida dos jovens rurais, influenciando suas escolhas e as representações sociais de sua condição e de suas possibilidades de inserção no presente e no futuro.

A trajetória das políticas para a agricultura familiar

Grisa e Schneider (2014) identificam três gerações de políticas públicas que vinham sendo implementadas desde os anos 1990 visando o fortalecimento da agricultura familiar. Numa primeira geração, as políticas estiveram voltadas para um referencial agrícola e agrário, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A segunda geração de políticas é marcada pelo caráter assistencial e social, incluindo por exemplo, o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Já a terceira geração representa um esforço para a construção de um referencial pautado pela construção de mercados, para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Entre as políticas com essas características estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), além da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade e a criação de selos de certificação orgânica.

Além dessas políticas, o governo disponibilizou em 2003 o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com o objetivo de fornecer financiamento para que agricultores familiares adquirissem seus imóveis. Em termos de assistência técnica, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi criada

também em 2003 para atender à agricultura familiar e camponesa, e comunidades tradicionais de forma gratuita e participativa.

No que concerne à educação uma ampla gama de ações visavam corrigir um antigo problema da população rural, qual seja, os baixos índices de escolaridade. Os programas disponibilizados buscavam atuar em diferentes níveis, a exemplo do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronea) que oferecia cursos de educação para jovens e adultos, populações tradicionais, professores e pessoas atendidas pelo PNCF. Ainda relacionado à formação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Campo - ou Pronacampo - objetivava a inclusão social de jovens e trabalhadores por meio de cursos direcionados aos arranjos produtivos regionais. A expansão dos Institutos Federais (IFs) iniciada em 2003 levou para os interiores do país cursos de nível médio, técnico e superior favorecendo, também, as populações rurais que antes da implementação destes equipamentos tinham que se deslocar para grandes centros urbanos a fim de alcançar níveis superiores de educação.

De modo a fornecer melhor infraestrutura e serviços para as regiões interioranas foi criado em 2003 o Programa Nacional de Territórios Rurais (Pronat), cuja gestão era realizada de forma descentralizada pelos Colegiados Territoriais, formados por representantes de instituições, organizações da sociedade civil e do poder público. Era também um objetivo desse programa articular todas as políticas disponibilizadas para o rural de modo a amplificar sua aderência aos territórios, promovendo uma maior dinamização econômica.

Algumas políticas tiveram como foco as mulheres rurais, a exemplo da Dupla Titularidade da Terra e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que concede a elas a possibilidade de formalização conjunta com seus maridos; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que contava com mutirões para emissão de documentos oficiais, fundamentais para possibilitar o acesso às políticas públicas; e o Programa Organização Produtiva para Mulheres Rurais (POPMPR) que objetivava a construção de autonomia de renda por meio de estruturação produtiva e comercialização. Além dessas ações, linhas específicas direcionadas às mulheres foram criadas dentro de outras políticas e programas, como no Pronaf, PNCF, ATER e Pronat.

Vale mencionar que essas políticas e programas foram instituídos atendendo antigas reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, como o acesso ao crédito, assistência técnica e comercialização. Outras, foram sendo construídas em espaços criados especialmente para a promoção desse debate, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Condraf).

Todas essas políticas e espaços de discussão e participação social foram sofrendo, a partir de 2015, um processo de desmantelamento, caracterizado por Sabourin *et al.* (2020) como um procedimento que consiste em torná-las impraticáveis seja pela diminuição de recursos, da capacidade estatal direcionada ao seu funcionamento, ou ainda, da disseminação de narrativas que desacreditam a pertinência das políticas. Dessa forma, as políticas não deixam de existir formalmente, mas perdem eficácia e até mesmo o sentido de sua existência.

Várias dessas políticas estão sendo retomadas na atualidade, contudo é preciso observar que se trata de um outro contexto, com agravantes dados pela pandemia de Covid-19 e pelas mudanças climáticas, e a simples replicação das políticas no formato como foram implementadas no passado tende a repetir os mesmos problemas. Como afirmam Favareto *et al.* (2023) as gerações anteriores das políticas públicas para o rural conseguiram diminuir a pobreza, mas não alcançaram a inclusão produtiva via trabalho, já que mais de um milhão de postos de trabalho deixaram de existir no rural. Além disso, o caráter de complementaridade entre as políticas não alcançou os mesmos beneficiários, havendo necessidade de revisão dos instrumentos para atingir objetivos relacionados à inovação e inclusão produtiva dos mais pobres.

Em suma, os anos 2000 foram um período privilegiado de políticas e ações direcionadas ao mundo rural e aos agricultores familiares, mas o que dizer sobre a juventude rural?

Políticas para a juventude rural

Os primeiros projetos direcionados para juventude rural foram uma linha específica dentro do Pronaf, o Pronaf-Jovem⁴ e o Nossa Primeira Terra, no âmbito do PNCF, ambos lançados em 2004 pelo governo federal. Além dessas políticas, diversas ações foram sendo implementadas por ministérios e secretarias de governo em estreita relação com os movimentos sociais, sindicais e espaços de participação social voltados para a juventude rural, ressaltando a importância e a dimensão dessa temática para o desenvolvimento brasileiro (Barcellos, 2015).

Um último grande evento voltado ao debate sobre políticas públicas para essa categoria foi realizado em 2012 por iniciativa da SNJ e do MDA, cujos registros foram publicados em livro (Menezes *et al.*, 2014). Desde a criação da SNJ, em 2005, que inaugurou uma estratégia de vislumbrar a juventude como sujeitos de direitos, ocorreram alguns encontros com ampla participação dessa categoria, em especial, as Conferências Nacionais de Juventude⁵. Nelas, as representatividades da juventude rural demandaram pela criação de uma política pública de fomento específica para a juventude, reconhecendo as diversas identidades da categoria (agricultores familiares, camponeses, assalariados, comunidades tradicionais) e definindo princípios fundamentais como a priorização do associativismo e cooperativismo, valorização de práticas agroecológicas, acesso à terra, participação social no monitoramento da política, desburocratização, qualificação e geração de renda respeitando a pluriatividade. Para viabilizar as demandas da juventude rural foi criado um Grupo de Trabalho da Juventude Rural no interior da SNJ.

A lei que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural foi promulgada em julho de 2025 e apresenta as diretrizes, os objetivos e os eixos de atuação da Política. O instrumento também institui o Plano Nacional que está organizado em seis eixos temáticos. Cada eixo conta com um objetivo, estratégias, metas e indicadores, além da instituição responsável pelas ações. Os seis eixos são:

⁴ Crédito destinado a jovens entre 16 e 29 anos para investimento em produção, aquisição de máquinas e equipamentos. Para o acesso são requisitados uma série de documentos, entre eles, a DAP e ter participado de capacitação técnica.

⁵ Mesmo com o desmantelamento das políticas, alguns encontros de jovens continuaram a ocorrer, como por exemplo, os Festivais da Juventude Rural promovidos pela Contag que em 2023 teve sua quarta edição.

terra e território; inclusão produtiva; trabalho e renda; educação do campo; qualidade de vida; e, participação, comunicação e democracia. Para a elaboração do Plano foram resgatados os objetivos, estratégias e metas que haviam sido objeto de debate em 2016. A atualização se deu a partir de uma construção transversal entre governo, por meio de um grupo de trabalho interministerial, e participação social das juventudes.

A rigor, todas as políticas públicas disponíveis para a população rural podem ser acessadas por qualquer pessoa que se enquadre nessa categoria, independentemente da idade. Porém a DAP⁶ é o documento oficial que identifica o agricultor familiar e o credencia a solicitar acesso às políticas públicas. Para emitir a DAP é necessário conduzir o estabelecimento junto à família. Como visto, assumir a direção do estabelecimento não representa uma simples escolha do/a jovem, mas depende de uma série de aspectos estruturais e da trajetória dessas pessoas, o que dificulta o acesso às políticas por parte da juventude rural. Justamente por isso, há a demanda para que tais políticas passem por uma revisão de critérios e condições de modo a reformulá-las para atender aos objetivos de autonomia e emancipação dos jovens (Galindo, 2014).

O quadro abaixo traz um resumo das principais políticas abordadas nessa seção. Ressalta-se que embora algumas dessas políticas não sejam direcionadas para jovens ou mulheres, todas elas incidem de alguma forma sobre essas categorias. No caso da juventude rural especialmente às políticas voltadas para o acesso à educação. Já para as mulheres, as políticas de incentivo à produção e à comercialização tendem a garantir a elas um maior acesso a mercados. Vale notar que na maior parte dos casos não há políticas específicas para juventude, e sim a introdução de componentes que diferenciam certas políticas preexistentes para esse público.

⁶ A DAP vem paulatinamente sendo substituída pelo Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF).

Quadro 1 | Políticas públicas para a população rural e categorias específicas

Política / ação	Objetivo	Ano de criação	Categoria específica
Pronaf	Melhorar da qualidade de vida e cidadania de agricultores familiares	1996 (com ampliação em 2004)	Pronaf-Jovem Pronaf-Mulher
Fome Zero	Combater à fome e à miséria por meio de integração de políticas públicas	2002	-
Bolsa Família	Garantir de renda para famílias pobres	2003	-
PNAE	Melhorar as condições de aprendizagem e nutricionais de estudantes da rede pública de ensino	1955 (reformulado em 2009 determinando 30% de produtos oriundos da agricultura familiar)	-
PAA	Garantir de segurança alimentar da população brasileira, fortalecendo a produção da agricultura familiar	2003	Percentual dos recursos para organizações de mulheres
PNFC	Financiar a aquisição de imóveis rurais, acesso à terra e diminuição da pobreza rural	2003	Nossa Primeira Terra PNFC-Mulher
Pnater	Promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de assistência técnica e extensão rural	2010	Atendimento a 50% de mulheres
Pronera	Melhorar as condições de acesso à educação	1998	-
Institutos Federais	Promover ensino técnico e científico para estudantes historicamente alijados do processo educacional	2003	-
Pronatec-Campo	Expandir a oferta de capacitação técnica e profissional para o interior do país	2011	-
Pronat	Melhorar infraestrutura nos territórios rurais e integrar políticas públicas	2003	Estímulo a participação de jovens e mulheres

A situação da juventude rural

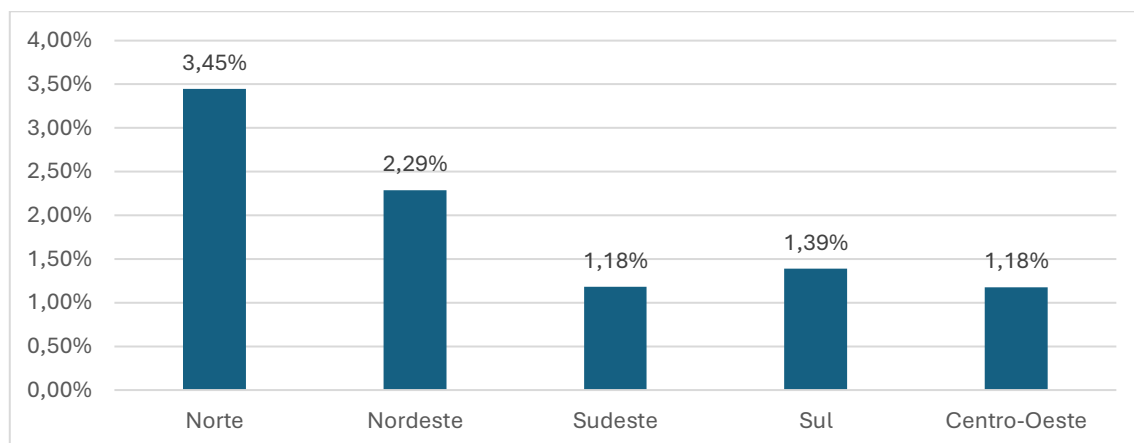
Cabe, ainda, evidenciar alguns dados obtidos pelos Censos Agropecuários realizado em 2006 e 2017 pelo IBGE sobre a juventude na direção de estabelecimentos agropecuários, de modo a caracterizar o universo de agricultores jovens que assumiram as propriedades. Destaca-se que a faixa etária utilizada nesse levantamento parte de “menos de 25 anos” e, ainda, que uma comparação direta entre os dados dos dois levantamentos é prejudicada por alterações metodológicas⁷.

Em 2006, os jovens com menos de 25 anos eram responsáveis por dirigir 3,30% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, o que corresponde ao número absoluto de 170.583. Os maiores percentuais foram observados nas regiões Norte (4,84%) e Nordeste (4,18%). Já em 2017, data do censo mais recente, o número total de estabelecimentos dirigidos por pessoas menores de 25 anos era de 100.357. Isso representa 1,98% do total de estabelecimentos rurais que permanecem praticamente inalteráveis quando se trata de agricultura familiar (1,95%) e agricultura não-familiar – ou patronal (2,10%).

Em termos regionais, um maior percentual de jovens à frente dos estabelecimentos é observado no Norte do país e o menor no Sudeste, conforme gráfico abaixo. Ressalta-se que os dados regionais acompanham o que foi observado para o país nas categorias familiar e patronal.

⁷ Para uma exemplificação das diferenças metodológicas entre os dois censos agropecuários, ver: Bianchini e Bazotti (2022).

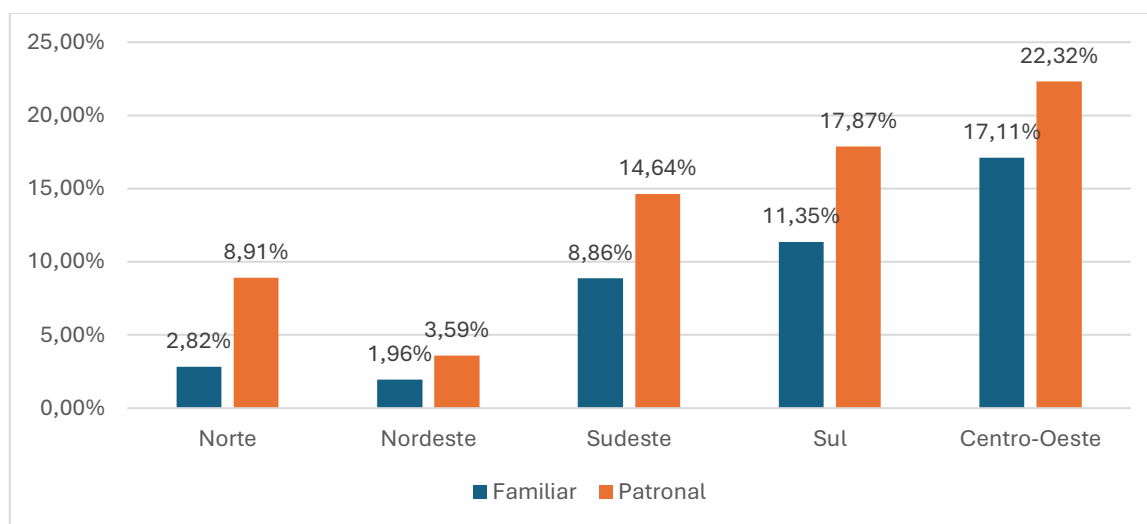
Figura 1 | Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com menos de 25 anos, por região (2017)



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2017).

Desse universo de estabelecimentos agropecuários dirigidos por jovens no Censo de 2017, 4,2% afirmaram não saber ler e escrever. Interessante observar que um percentual superior a esse concluiu o ensino superior (5,4%). A maioria dos jovens completou o ensino médio (42,9%). Em termos regionais a maior taxa de analfabetismo está entre os jovens do Norte (7%) e Nordeste (5,1%), ao passo que os maiores percentuais de jovens com ensino superior são encontrados no Centro-Oeste (18,8%), Sul (12,7%) e Sudeste (10,5%). Ao olhar para as categorias familiar e patronal (gráfico 2), observa-se que os jovens que dirigem estabelecimentos patronais estão alcançando percentuais mais elevados de escolaridade do que os da agricultura familiar.

Figura 2 | Percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas com menos de 25 anos com nível superior de escolaridade, por região e por categoria (2017)



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2017).

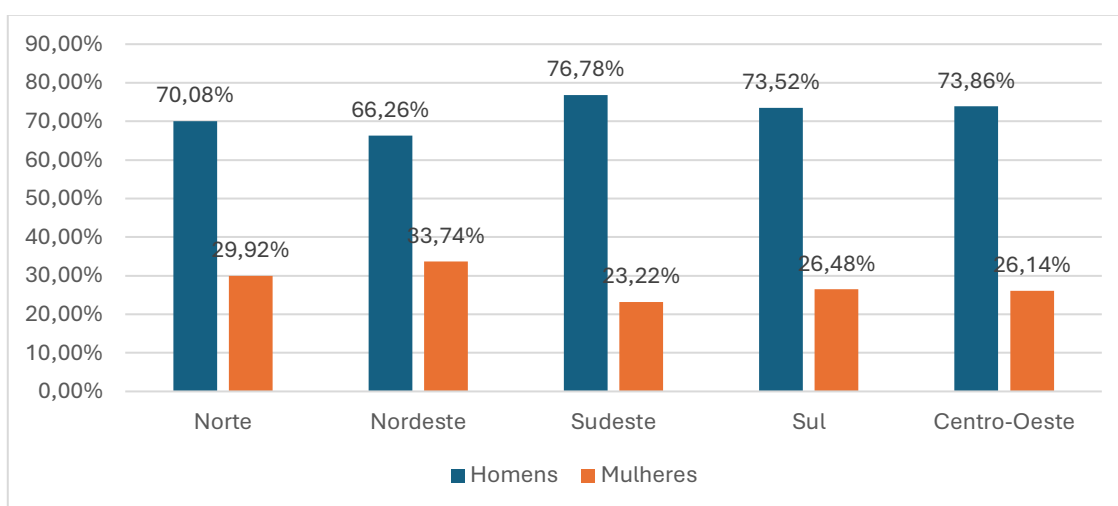
Olhando para os dados de 2006, observa-se que houve uma melhoria substantiva no nível de instrução dos jovens dirigentes de estabelecimentos agropecuários. Para o país, os percentuais de jovens que não sabiam nem ler, nem escrever era de 9,87%, com maior valor para o Nordeste (14,17%). A grande maioria havia completado o Ensino Fundamental (47,31%) e o número de jovens com ensino superior chegava a 1,02%.

Os homens são maioria dentre os jovens com menos de 25 anos que dirigem estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil, segundo o Censo mais recente, considerando as duas categorias, patronal e familiar. Eles estão à frente de 70,2% dos estabelecimentos, com importantes diferenciais em termos regionais. No Sul e no Sudeste esse percentual supera os 80%. É no Nordeste que há mais mulheres à frente dos estabelecimentos (34,5%). Esse quadro se repete quando o olhar recai para as categorias familiar e patronal, com diferencial mais acentuado para a agricultura familiar nas regiões Sul e Sudeste em que as jovens mulheres comandam 17,85% e 16,86% dos estabelecimentos, contra 26,48% e 23,22% da agricultura patronal.

Quanto ao Censo de 2006, os dados revelam que o número de estabelecimentos dirigidos por homens jovens - com menos de 25 anos - era ainda

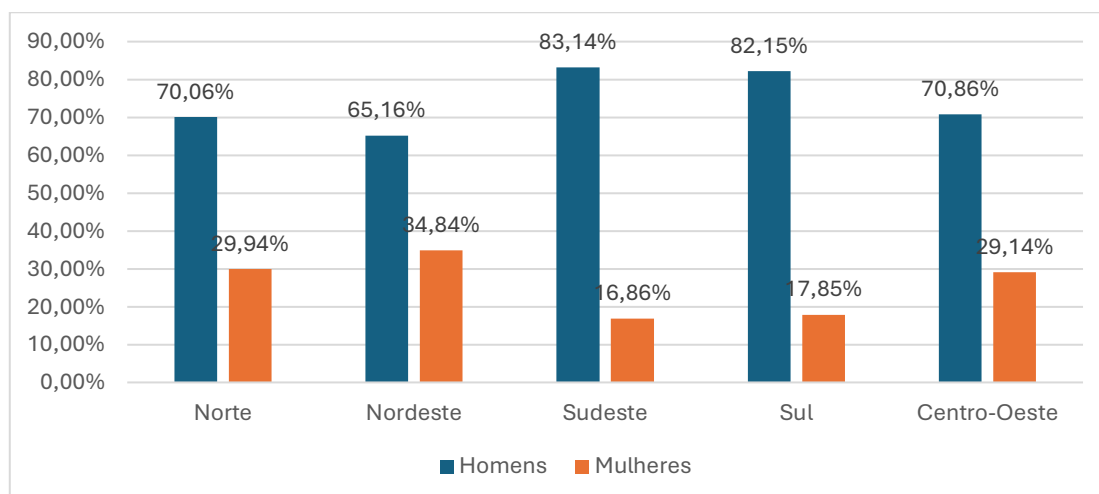
maior: 87,18% para o país, com maior percentual no Sudeste (90,39%), sendo as mulheres jovens preponderantes no Nordeste, dirigindo 14,57% dos estabelecimentos agropecuários com jovens à frente. Portanto, entre a realização dos dois Censos, observa-se um crescimento de mulheres jovens na direção dos estabelecimentos em todas as regiões do país, o que de certa forma desafia o “paradigma do minorato” e a consequente masculinização do mundo rural.

Figura 3 | Gênero dos dirigentes de estabelecimentos agropecuários Não-Familiar dirigidos por pessoas com menos de 25 anos, % por região (2017)



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2017).

Figura 4 | Gênero dos dirigentes de estabelecimentos agropecuários Agricultura Familiar dirigidos por pessoas com menos de 25 anos, % por região



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2017).

Em resumo, embora o número de jovens à frente de estabelecimentos agropecuários tenha diminuído na década que separa a realização dos dois Censos Agropecuários, houve ampliação na escolaridade e mais mulheres passaram a assumir a direção das propriedades. Esse retrato denota que importantes transformações estão ocorrendo no campo. Por outro lado, um olhar apressado poderia identificar que se trata de um número muito baixo de pessoas para justificar ações direcionadas aos jovens. Contudo vale lembrar a problemática apresentada na seção anterior que assinalou os principais aspectos postos no debate sobre juventude rural.

Em primeiro lugar, como visto, pesa no interior das famílias a autoridade paterna e a hierarquia. Em muitos casos, os jovens só assumem formalmente a propriedade após a morte do pai, além disso é considerada na decisão de assumi-la a possibilidade de geração de renda desde a atividade agrícola, ou, conjugada com atividades não-agrícolas. Um segundo aspecto diz respeito à formalização da divisão da propriedade. Trata-se de um processo caro, muitas vezes indisponível para muitos agricultores. Além disso, depende de negociações no interior das famílias. Ou seja, anteriormente à decisão de assumir a direção da propriedade uma série de fatores estão em jogo e as políticas públicas direcionadas aos jovens podem contribuir na tomada de decisão. Por fim, é preciso considerar que a faixa etária abordada pelos Censos Agropecuários limita a idade até 25 anos, sendo que a orientação dada pelo governo brasileiro por meio do Estatuto da Juventude para a definição de jovens vai até os 29 anos, ou seja, pode haver um contingente maior dessa categoria na direção de estabelecimentos que não foi captada pelo levantamento censitário. Acrescenta-se a isso a queda nas taxas de natalidade e o envelhecimento da população, fatores que também devem ser observados na análise dos dados sobre a juventude.

Por fim, cabe mencionar que o vazio deixado na implementação e execução das políticas públicas pós 2015 - e que vêm sendo retomadas desde 2023 - foi parcialmente ocupado pelo trabalho desempenhado por agências internacionais em projetos direcionados à produção e capacitação junto às famílias de agricultores. A orientação dessas agências em documentos oficiais é para que se

tenha uma abordagem específica junto aos jovens, dada sua importância no conjunto das estratégias familiares de reprodução social e econômica.

Em uma análise sobre os jovens rurais na América Latina, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) recomenda que as ações e as tomadas de decisão tenham a participação da juventude não apenas no compartilhamento, mas também na execução, de forma articulada com as instituições envolvidas, utilizando uma linguagem passível de ser compreendida pelos jovens e por toda a comunidade, tendo como foco a inserção laboral da juventude de forma decente e satisfatória (Dirven, 2016).

No documento publicado conjuntamente pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), há destaque para a invisibilidade da juventude rural. A recomendação é que haja inclusão dessa categoria na formulação das ações e políticas orientadas ao rural, respeitando a diversidade e realidades locais, permitindo que a juventude encontre melhores oportunidades em seus locais de origem de modo a reverter o processo de esvaziamento do campo (Guiskim, 2019).

Apesar do esforço dessas agências em abordar a juventude como um importante ator para o desenvolvimento rural, vê-se nessas duas publicações uma centralidade na atuação dos jovens para que ocorram mudanças em sua condição social, deixando de lado aspectos estruturais que são igualmente importantes para possíveis alterações. De certa forma um outro documento, publicado pelo FIDA (2019), preenche essa lacuna ao evidenciar que o desafio reside no equilíbrio em criar oportunidades generalizadas para o meio rural em conjunto com ações específicas para os jovens, potencializando as transformações e ampliando o leque de oportunidades para todos, baseadas em especificidades já encontradas nas localidades, como por exemplo, a produção de base agroecológica.

Como se vê, as agências internacionais focam os indivíduos e sua inserção produtiva a partir das realidades locais que se apresentam como possíveis potencialidades. Mas, seria frutífero insistir nesse sentido vocacional dos espaços rurais? Dito de outra forma, seria razoável assumir que a única possibilidade de realização de futuro de jovens rurais é ser agricultores? Ou seriam necessárias inovações capazes de promover inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável

nesses territórios? Essas e outras questões que envolvem o futuro das áreas rurais – e consequentemente da juventude – não têm respostas simples e nem ao menos uma única direção. Ao contrário, necessitam de produção de conhecimento e sistematização de informações, sobretudo, em temas emergentes que ainda não foram suficientemente explorados. Na próxima seção são apresentados alguns desses temas que poderão conformar uma agenda de pesquisa sobre juventude rural.

3. Novas temáticas e uma agenda de pesquisa

Os últimos dados disponíveis sobre o universo total da juventude rural são do Censo Demográfico realizado em 2010 que totalizaram 7,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos vivendo em áreas rurais no país. Os dados coletados em 2022 ainda não foram divulgados⁸.

Mais do que compreender o tamanho da juventude rural em números será útil promover uma análise dos números em comparação com os censos anteriores de modo a se obter um quadro geral de como vem se comportando a realidade em que a juventude está inserida ao longo das últimas décadas. Isso inclui a análise, cruzada com outras bases, sobre como se apresentam as possibilidades de mobilidade para frequência escolar e trabalho, o nível de escolaridade e as condições dos domicílios.

Esses e outros dados do levantamento censitário darão uma dimensão das **condições materiais de existência** da juventude rural em todas as regiões do país. Como visto, o acesso à infraestrutura, bens e serviços é parte integrante do processo de tomada de decisão juvenil e contribui, ainda, na constituição da representação social do rural e do urbano. Também por meio desses dados será possível compreender os diferenciais regionais, identificando territórios que necessitam de um olhar mais apurado no que diz respeito às desigualdades, essencial para a atuação de ações públicas que visem a inclusão dos jovens.

Além das condições materiais, a literatura debatida na primeira seção aponta que as formas como a juventude enxerga o rural é também relevante para a tomada de decisão. Investigar a **representação social** que os jovens e suas famílias têm sobre o rural é importante, sobretudo em um cenário em constante transformação. Se no passado, de maneira geral, o rural estava intimamente ligado a adjetivos como pobre e atrasado, em fins do século passado novas representações foram sendo constituídas dadas por uma revalorização do rural frente ao mundo

⁸ Até o presente momento foram divulgados dados sobre população indígena e quilombola. A juventude que vive em terras indígenas totaliza 193.296 pessoas e os jovens quilombolas perfazem um total de 42.658.

urbano. A violência nos grandes centros, os engarrafamentos e a rigidez das estruturas cinzentas dão margem para que as áreas verdes, a paisagem bucólica e a baixa densidade demográfica das áreas rurais se tornem objeto de desejo, seja para moradia alternativa ou para aproveitamento do turismo⁹.

Kummer (2019) demonstra que também as políticas públicas implementadas nos anos 2000 tiveram a capacidade de alterar a representação social que a juventude do oeste catarinense tinha do rural. Os jovens passaram a vislumbrar seus locais de origem como um espaço dotado de oportunidades, dada a melhoria proporcionada na qualidade de vida e pela valorização laboral, dotada de autonomia frente às relações de trabalho postas no mundo urbano.

Uma outra importante referência às representações sociais do mundo rural são os valores e comportamentos no agronegócio. De Paula (2001) já demonstrava a influência do estilo de vida *country* em um município brasileiro. Para ela o estilo americano é associado ao trabalho, à natureza e à religiosidade, mas no Brasil toma forma de elegância e sofisticação, referenciado em um rural imaginário constituído a partir da experiência urbana. Na esteira desse pensamento, Vetorassi *et al.* (2021) analisaram a construção da representação de rural e urbano em um município que tem como base econômica o agronegócio. A ostentação de bens, a escolaridade mais alta, a valorização da liberdade são alguns valores observados pelos pesquisadores e descritos pelos jovens "*agroboys* e *agrogirls*" entrevistados. Há, portanto, uma negação do rural ligado ao atrasado e uma identificação desses valores a uma visão moderna, ocorrendo um ajustamento de valores em profunda relação com a cultura dominante do lugar. A maneira como é construída a representação do rural pode influenciar nos processos decisórios, seja pelo polo negativo ou pelo positivo, ainda mais em um momento em que as identidades estão sendo definidas, característica intrínseca à juventude.

Ainda em termos de valores e crenças que influenciam o comportamento, é notável a expansão de estabelecimentos religiosos pelos interiores do país.

⁹ Pires (2007) retrata como a crise da produção agrícola e as formas de transmissão patrimonial no rural permitiu que essas áreas fossem ocupadas por pessoas oriundas de grandes municípios. Em busca de bem-estar houve a aquisição de lotes de terra que se transformaram em chácaras de lazer. Esse contexto também transforma a vida das pessoas nas áreas rurais que passam a trabalhar nesses sítios como caseiros, estabelecendo novas representações de vida e trabalho.

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) publicado em nota técnica em 2023 aponta que dos 124.529 estabelecimentos identificados, 52% são evangélicos pentecostais ou neopentecostais, 19% evangélicos tradicionais e 11% católicos. Outras religiões somam 6%. Os pesquisadores indicam que a direção dessa expansão se deu para as regiões interioranas do país, incluindo áreas rurais entre 2000 e 2021 (De Negri, 2023).

Esses dados demonstram que podem estar ocorrendo importantes transformações no rural brasileiro no que concerne à **religiosidade**, entendida como uma dimensão da cultura que, como tal, influencia a maneira como as pessoas enxergam a realidade e, por isso, tem peso no debate sobre temas importantes da sociedade ao afetar outras dimensões da vida social, incluindo o papel da juventude nos processos de desenvolvimento e inclusão. Vale lembrar que o catolicismo foi parte fundante dos valores rurais num passado recente, incluindo a organização social da juventude, expressa na atuação da Pastoral da Juventude Rural.

Tais temas se colocam em um cenário em constante transformação, numa relação entre rural e urbano cada vez mais interdependente cujas fronteiras não apresentam mais os limites de outrora, situação essa corroborada pela inserção massiva no mundo digital. Durante a pandemia de Covid-19 as tecnologias digitais ganharam escala. Favareto *et al.* (2022) lembram que esse já era um processo em curso mundialmente e que foi aprofundado diante da restrição à circulação de pessoas e mercadorias. Seu uso na agricultura possibilita inovações que geram significativos impactos em custos, produtividade e economia de recursos naturais. Os autores assinalam, contudo, que a **digitalização** é um tema mais amplo que envolve a produção, assistência técnica e o consumo por meio do uso de plataformas digitais, e sua utilização pode produzir resultados ambíguos ampliando as oportunidades ou aprofundando as desigualdades. Tolocka (2023) caminha nessa mesma direção ao afirmar a irreversibilidade da digitalização na sociedade contemporânea, apontando o risco de aumento das desigualdades de sua difusão no meio rural e no setor agroalimentar, já que à agricultura familiar faltam atributos frente à agricultura de grande porte, como recursos financeiros, acesso facilitado ao crédito e parcerias com grandes empresas de tecnologia. O autor ainda aponta a necessidade de requisitos físicos, digitais, humanos e sociais para a ampliação da

digitalização no Brasil, concluindo que os territórios que possuem menos condições em atender esses requisitos são também os que concentram a maior parte da agricultura familiar.

Outro tema, talvez adjacente à digitalização, é a **inovação** que, como visto na literatura, é uma característica intrínseca à juventude, mas que esbarra na hierarquização observada no interior das famílias. Não é tarefa simples introduzir novas tecnologias – ou até mesmo outras formas de manejo da produção – em um ambiente dotado de formatos e valores tradicionais. Nesse sentido, é necessário compreender quais são as estratégias capazes de equilibrar fórmulas inovadoras com respeito ao saber-fazer tradicional, de modo a se obter uma maior aderência às realidades sociais e aceitação da população mais velha, muitas vezes resistente ao que é novo.

Por fim, um outro tema relevante que acentua as transformações no mundo rural diz respeito às **mudanças climáticas**, cujos efeitos vêm sendo sentidos em todo o planeta, mobilizando lideranças e a população, especialmente jovens, na busca por dirimir os seus impactos. Segundo o IPCC (2023) tal situação provoca perdas de biodiversidade e meios de subsistência, migração forçada, problemas de insegurança alimentar, afetando, inclusive, a saúde mental das pessoas. Sabe-se, contudo, que a forma como os extremos climáticos e meteorológicos são sentidos pela população não são homogêneos. As mulheres, os jovens e a população negra são, em geral, os mais afetados por terem menor acesso a recursos e oportunidades. Estudos apontam que se as intervenções climáticas não forem inteligentes terão o potencial de aprofundar as desigualdades (Bryan *et al.*, 2024).

A agropecuária é um dos primeiros setores da economia a sentir os efeitos das mudanças climáticas. Excessos de chuva e seca extrema provocam a perda de parte ou a totalidade de produções. A situação se coloca ainda mais grave em regiões semiáridas que podem, como resultado direto do aumento da temperatura, perder a capacidade de produção. Isso é especialmente importante de ser observado no Nordeste do país, onde se localiza a maior parte do semiárido brasileiro. Ao mesmo tempo, as estratégias de convivência com o Semiárido, desenvolvidas na região, podem ser exemplos de resiliência para outras partes do mundo.

Esses são alguns temas que incidem em uma agenda voltada para a análise da juventude rural contemporânea e que podem influenciar na definição do que significa ser jovem hoje nesse universo em transformação. Tudo isso é permeado por uma questão relevante para a juventude rural, qual seja, sua **heterogeneidade** em termos de identidade, regionais, de raça/etnia e de gênero. Essa pauta foi amplamente debatida no seminário de políticas públicas para a juventude rural realizado em 2012, e é objeto de análise de vários estudos de caso recentes, que focam em determinado grupo de jovens para investigar as antigas problemáticas relacionadas aos temas da sucessão e dos condicionantes relacionados à tomada de decisão de permanência no campo. É certo que o local em que se mora, a cor da pele e o sexo das juventudes carregam valores, crenças e processos de dominação que influenciam o comportamento e que irão determinar sua posição na dinâmica social e isso, obviamente, tem peso nas decisões realizadas e nos projetos idealizados. Porém, também é verdade que para o desenho desses projetos há um cálculo baseado no campo de possibilidades abertos às juventudes.

Por isso, é fundamental compreender se as transformações em curso são capazes de apresentar novas oportunidades para a inclusão das juventudes e a forma como são – e se são – aproveitadas tais oportunidades e os condicionantes disso, o que tem profunda relação com a configuração social nas quais as juventudes estão inseridas. Entendendo que esses contextos são dados sob profundos processos de desigualdades que reverberam tanto nas possibilidades quanto no desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas que serão mobilizados no aproveitamento das oportunidades surgidas. Dessa forma, evidencia-se tanto a universalidade da categoria juventude quanto suas particularidades, evitando fragmentar demasiadamente a realidade social, o que poderia invisibilizar a juventude, como chamam à atenção os autores e autoras que pesquisam sobre a juventude rural citados anteriormente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas anteriores buscou-se apresentar um mapeamento das principais abordagens e dos temas explorados no debate sobre juventude rural no Brasil. As análises apontam para o caráter relacional da categoria imersa em realidades e contextos distintos, cuja condição social é constituída nos processos de sociabilidade e interações locais, dotados de hierarquia.

Na esteira dos estudos franceses, os pesquisadores brasileiros identificaram que a saída dos jovens do campo estaria produzindo um fenômeno marcado pela masculinização e esvaziamento das áreas rurais, comprometendo o futuro da reprodução socioeconômica da agricultura familiar e camponesa. As investigações apontaram para os fatores concernentes à essa realidade, sendo a problemática da sucessão patrimonial o principal caminho exposto nessas abordagens. De certa forma esse foco das análises da juventude se coaduna com as pesquisas mais gerais sobre o mundo rural, centrada em seu fim enquanto uma categoria de análise, dado o êxodo progressivo e o ingresso da população rural em atividades não-agrícolas.

Novos usos e funções para o rural levaram os pesquisadores a identificar a emergência de uma nova ruralidade, com centralidade na multifuncionalidade sob o ponto de vista econômico, e na existência de um modo de vida específico que organiza a vida social em seus aspectos materiais e simbólicos. O olhar para a juventude permanece na lógica da sucessão, mas centraliza nos condicionantes que levam os jovens a se decidirem entre o binômio ficar e partir, bem como nas razões postas para a permanência no campo.

O amplo leque de políticas públicas direcionadas ao rural a partir de meados dos anos 2000 marca um novo ciclo de transformações, principalmente no que se refere à incidência sobre a pobreza, com potencial de alterações na representação social que se tem do rural. Aos jovens é dedicada uma linha específica de crédito, via Pronaf, e outra direcionada a aquisição de terras, dentro do PNCF. A ampliação do acesso à educação, em todos os níveis, também é uma marca desse mesmo período que beneficia a juventude rural. Sob o ângulo político, a juventude é reconhecida como categoria detentora de direitos civis e ganha

representatividade no interior da estrutura governamental federal. A organização social dos jovens rurais consegue um importante espaço de debate de suas demandas e apresenta propostas relacionadas à sua heterogeneidade e especificidades no desenho e implementação das políticas, materializados em um plano nacional.

A heterogeneidade, a transitoriedade como estratégia de reprodução socioeconômica e as novas representações sociais são marcas nas análises mais recentes sobre a juventude rural, cujos estudos de caso retomam os antigos temas da sucessão e permanência para exemplificar o comportamento dos jovens frente às suas realidades específicas. Porém, pouco se consolidou no pensamento contemporâneo brasileiro no campo das ciências sociais sobre o que significa ser jovem rural na atualidade, sobretudo nesse contexto de constante transformação, o que desvela uma importante lacuna a ser preenchida para se pensar o desenvolvimento de forma inclusiva e inovadora.

Buscando contribuir com essa lacuna foram elencados alguns temas que se mostram relevantes, tanto do ponto de vista da literatura debatida, quanto ao que se referem às problemáticas importantes na sociedade contemporânea, visando a compreensão e análise da juventude rural, principalmente na constituição de uma nova mentalidade, bem como definidores dos condicionantes postos para sua reprodução e inclusão socioeconômica. Dentre os temas estão uma atualização do cenário que compõem as condições materiais de existência da juventude nas áreas rurais; as formas de representação social que se colocam na atualidade, que tem profunda influência dos valores colocados pela ampliação do agronegócio e da disseminação de novas formas de religiosidade; a digitalização e as mudanças climáticas, ambas com potencial de aprofundar as desigualdades existentes. A exploração desses temas poderá indicar outras questões igualmente importantes na compreensão da condição social dos jovens rurais na contemporaneidade.

Por fim, sugere-se que a investigação dessa pauta de pesquisa seja direcionada por uma abordagem que considere a heterogeneidade das juventudes brasileiras em seus aspectos regionais, de raça/etnia e de gênero. Para isso, a proposta reside em uma análise dos indivíduos em relação às configurações sociais em que estão inseridos de modo a abarcar toda a complexidade da vida social

expressa nos processos iniciais de socialização, até as interações mais recentes, incluindo fatores exógenos que incidem nas formas como os indivíduos constroem as suas respectivas concepções sobre o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, 2015, 375-390. DOI:10.1590/s1517-97022015021851.

BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 32, En Memoria Académica, 2015.

BIANCHINI, V.; BAZOTTI, A. Mudanças metodológicas e numéricas nos estabelecimentos familiares no censo agropecuário 2017 – Brasil e Paraná. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, 2022, 01-15. DOI: 10.22295/grifos.v31i57.6682.

BOURDIEU, P. **O baile dos celibatários**: crise da sociedade camponesa no Béarn. Tradução: Carolina Pulici. São Paulo, Editora Unifesp, 2021.

BRASIL/MDA. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Brasília: MDA, 2024.

BRYAN, E.; ALVI, M.; HUYER, S.; RINGLER, C. Addressing gender inequalities and strengthening women's agency to create more climate-resilient and sustainable food systems. **Global Food Security**, v. 40, n. 100731, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2023.100731>.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUTTO, A. L. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Texto para Discussão, IPEA, 1999.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. Costa (Eds.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 01, 2008, p. 9-38.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processo de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, 2009, 179-208.

COSTA, F.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3. 2013, 415-432. DOI: 10.1590/S0103-20032013000300001.

DE NEGRI, F.; MACHADO, W.; CAVALCANTE, E. J. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. (Diset: Nota Técnica, 123). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/diset123>.

DE PAULA, S. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, 2001, 33-53.

DIRVEN, M. **Juventud rural y empleo decente en América Latina**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura: Santiago, 2016

FARIA, G.; FERREIRA, M.; PAULA, A. Exôdo rural feminino: gênero, ruralidades e as razões e consequências da migração da juventude rural feminina. **Revista Grifos**, v. 28, n. 98, 2019. DOI: 10.22295/grifos.v28i47.4620.

FAVARETO, A. **Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 236 p., 2019.

FAVARETO, A. Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o PNAE e sua incidência na igualdade de gênero. In: SAUER, S.; GRISA, C.; GOMES, R.; OLIVEIRA, V. L.; DIAS, J. B. (orgs). **Estudos rurais: entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento, natureza, políticas públicas e lutas no campo**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

FAVARETO, A.; FAVARÃO, C.; VAHDAT, V. **100 territórios de inclusão e sustentabilidade** - para uma estratégia renovada de inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano. Policy Brief, n. 04. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Fundação Porticus e Instituto humanize, 2023. Disponível em: <https://inclusaoprodutivarural.cebrap.org.br/website/wp-content/uploads/2025/09/0-0034.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2025.

FAVARETO, A.; VAHDAT, V.; FAVARÃO, C.; FERNANDES, B.; TOLOCKA, Jonas. **Digitalização, acesso a mercados alimentares e inclusão produtiva**. Policy Brief, n. 02. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Fundação Porticus, Instituto humanize, 2022. Disponível em: https://cebrapsustentabilidade.org/assets/files/02_PolicyBrief_Catedra_Itinerante_sobre_Inclusao_Produtiva_Rural.pdf. Acesso em: 09 dez. 2025.

FIDA. **Crear oportunidades para los jóvenes del medio rural**: Informe sobre el desarrollo rural 2019. FIDA, 2019.

GALINDO, E. Em pauta: juventude rural e políticas públicas. *In*: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, (Coleção juventude. Série estudos; n. 1). Coedição com o NEAD/MDA e IICA, 2014.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 52, supl. 1, 2014, 125-146.

GUISKIN, M. Situación de las juventudes rurales en América Latina y el Caribe. **Estudios y perspectivas**, 181. Cepal e FIDA: México, 2019.

IPCC, 2023: Summary for Policymakers. *In*: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**. Paris: A. Colin, 1990.

KUMMER, R. **Juventudes rurais e permanências**: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, 2021, 94-112. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>.

MENDONÇA, K.; RIBEIRO, E.; GALIZONI, F.; AUGUSTO, H. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, 2013, 445-463. DOI: 10.1590/S0102-30982013000200006.

MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1). Coedição com o NEAD/MDA e IICA, 2014.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235637>.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.22272>.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Annablume, 2007.

PIZZINATO, A.; HAMANN, C.; MACHADO, R. de O.; STREY, M. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 17, 2015. DOI: 10.1590/1984-0292/1484.

SABOURIN, E.; GRISA, C.; NIERDELE, P.; LEITE, S. P.; MILHORANCE, C.; FERREIRA, A. D.; SAUER, S.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cah. Agric.**, v. 29, n. 31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/cagri/2020029>.

SCHWENDLER, S. F. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Rev. Estud. Fem.**, v. 28, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n158051>.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**: O caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2002.

TOLOCKA, J. **Digitalização e desigualdades territoriais**: as condições de participação da agricultura familiar brasileira na economia digital. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2023.

TRIVELLI, C.; BERDEGUÉ, J. A. **Rural transformation**. Looking towards the future of Latin America and the Caribbean. 2030 – Food, agriculture and rural development in Latin America and the Caribbean, No. 1. Santiago: FAO, 2019. 76 p.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes rurais no Brasil. **Interações**, v. 19, n. 4, 2018, 789-802.

VETTORASSI, A.; FERREIRA, L. S.; SOFIATI, F. M. Juventudes entre o rural e o urbano: o caso dos agrobos e agrogirls de Bela Vista de Goiás. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202112pt.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000, 87-145.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, n. 01, 2013, 22-27.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, 1992, 41-61.



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL



CEBRAP
Sustentabilidade



fundação
arymax

INSTITUTO

ITAŪSA



PORTICUS